

O GLOBO
04 FEV 1987

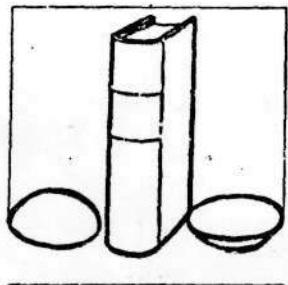
Ministérios já se movimentam para os seus 'lobbies'

VALÉRIA FERNANDES

BRASÍLIA — Os Ministérios da Nova República já estão selecionando alguns temas com os quais pretendem iniciar seus lobbies na Constituinte. O da Reforma e Desenvolvimento Agrário, por exemplo, saiu na frente e é o mais ativo de todos, até agora. Pretende incluir artigos do Estatuto da Terra na nova Constituição e pretende conseguir, no futuro, um relacionamento muito maior do órgão com o Congresso.

A Procuradoria-Geral do Incra já iniciou um levantamento sobre as legislações ordinárias que pretende incluir na Carta. Uma delas é o artigo 2 do Estatuto da Terra, que "assegura a todos a oportunidade de acesso a propriedade, condicionada pela função social".

O Incra pretende também inserir na nova Constituição o artigo 13 do Estatuto: "O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que



contrariem sua função social".

Já o Ministério do Desenvolvimento Urbano começa esta semana a exercer seu lobby de maneira diferente: vai distribuir uma publicação de 40 páginas contendo todos os projetos de Lei em tramitação no Congresso, assim como as leis regulamentadas e algumas propostas do Ministério. Além disso, o Ministro Deni Schwartz vai convidar as bancadas de cada Estado ao Ministério, para lhes mostrar áudio-visuais sobre problemas de desenvolvimento Urbano.

O Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, contudo, decidiu não fazer

lobby. Só participará da Constituinte se solicitado. O mesmo vai fazer o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que vai apenas colocar o Ministério à disposição dos constituintes, para quaisquer informações.

Embora ainda não tenha definido a forma de atuar na Constituinte, o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, pretende entrar com sugestões sobre redivisão territorial, mineração em área indígena e revisão do Estatuto do Índio.

O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmando que considera a Constituinte "um instrumento jurídico", não vai se concentrar em nenhum capítulo específico, mas sim "pressionar em todos os setores".

O Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, contudo, vai entrar com um pedido específico: não incluir a proibição de escuta telefônica, pelo menos no curso das investigações da área de tóxicos.